

Bens móveis permanentes na Educação Profissional e Tecnológica: entre percepções e ponderações

*Renato Luiz da Silva COSTA¹
José Vinicius da COSTA FILHO²*

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica necessita de estrutura adequada para se desenvolver e isso precisa ser preocupação de toda a comunidade escolar. O objetivo da pesquisa é analisar a percepção de professores, técnicos administrativos em educação e alunos acerca do uso e conservação dos bens móveis permanentes disponíveis nos espaços educativos nos cursos do ensino médio integrado de um *campus* do IFMT. A pesquisa foi exploratória, com metodologia quali-quantitativa e uso de revisão bibliográfica, aplicação de questionário e estatística descritiva. Os resultados apontam que: i) a participação democrática nos processos de aquisição de bens móveis pode ser melhorada; ii) o mau uso dos bens prejudica o processo educacional; iii) a comunidade escolar precisa de orientação sobre o uso sustentável dos bens; iv) os professores e os técnicos administrativos em educação possuem mais informações acerca das obrigações de cuidado do patrimônio público, enquanto que os alunos precisam de maior sensibilização.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente Escolar. Bens móveis. Conservação de patrimônio escolar. Ensino Médio Integrado.

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Técnico Administrativo em Educação no IFMT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5412-723X>. E-mail: renato.costa@ifmt.edu.br.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede (Instituição Associada IFMT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2210-3329>. E-mail: jvcostafilho@gmail.com.

Permanent movable assets in Professional and Technological Education: between perceptions and considerations

Renato Luiz da Silva COSTA
José Vinicius da COSTA FILHO

ABSTRACT

Professional and Technological Education requires adequate infrastructure for its development, and this must be a shared concern of the entire school community. This study aims to analyze the perceptions of teachers, administrative education staff, and students regarding the use and preservation of permanent movable assets available in the educational spaces of integrated high school courses at an IFMT campus. The research is exploratory in nature, adopting a qualitative-quantitative methodology, with a literature review, questionnaire application, and use of descriptive statistics. The results indicate that democratic participation in the acquisition processes of movable assets needs improvement; misuse of these assets hinders the educational process; the school community requires guidance on the sustainable use of such resources; and that teachers and administrative staff are more informed about the responsibilities of preserving public property, while students require greater awareness.

KeywordS: School Environment. Movable Assets. School Heritage Preservation. Integrated High School.

Bienes muebles permanentes en la Educación Profesional y Tecnológica: entre percepciones y consideraciones

Renato Luiz da Silva COSTA
José Vinicius da COSTA FILHO

RESUMEN

La Educación Profesional y Tecnológica requiere de una estructura adecuada para su desarrollo, y ello debe ser una preocupación de toda la comunidad escolar. El objetivo de esta investigación es analizar la percepción de los docentes, personal administrativo de la educación y estudiantes sobre el uso y conservación de los bienes muebles permanentes disponibles en los espacios educativos de los cursos de bachillerato integrado de un *campus* del IFMT. La investigación fue exploratoria, con uso de metodología cuali-cuantitativa, que incluyó revisión de literatura, aplicación de cuestionarios y estadística descriptiva. Los resultados indican que: i) la participación democrática en los procesos de adquisición de bienes muebles puede mejorar; ii) el mal uso de los bienes perjudica el proceso educativo; iii) la comunidad escolar necesita orientación sobre el uso sostenible de los bienes; iv) los docentes y el personal administrativo de la educación tienen más información sobre las obligaciones de cuidar el patrimonio público, mientras que los estudiantes necesitan una mayor concienciación.

PALABRAS CLAVE: Buenas prácticas. Ambiente Escolar. Conservación del patrimonio escolar. Bienes Muebles. EPT.

Introdução

Nas últimas duas décadas a Educação Profissional e tecnológica (EPT) passou por transformações. Nesse cenário, persistiu um grande incremento financeiro nos primeiros anos de implantação da nova institucionalidade denominada Instituto Federal. Contudo, ao longo do tempo, houve desaceleração desses investimentos, principalmente no orçamento definido no último governo. Com a redução de recursos financeiros, a infraestrutura tende a ficar fragilizada, aumentando a possibilidade de faltar algum tipo de equipamento ou material necessários ao processo de ensino-aprendizagem, afetando tanto os profissionais da educação quanto os discentes que buscam uma educação de qualidade.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a percepção de professores, de técnicos administrativos em educação (TAE) e de alunos acerca do uso e da conservação dos bens móveis permanentes colocados à disposição nos espaços educativos dos cursos do ensino médio integrado de um *Campus*³ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Salienta-se que, para esta pesquisa, são considerados bens móveis permanentes colocados à disposição nos espaços de salas de aula e laboratórios.

A metodologia é exploratória, com abordagens qualitativa e quantitativa, fazendo uso dos procedimentos de revisão bibliográfica, aplicação de questionário e estatística descritiva. O trabalho justifica-se por três aspectos. O primeiro é empírico, no caso, o cotidiano do ambiente escolar que comumente demonstra a necessidade de ações para contribuir com a conservação do patrimônio público, realidade previamente observada na instituição de interesse. O segundo aspecto é teórico e dialoga com estudos da agenda de pesquisa que trata da conservação e sustentabilidade no meio ambiente educacional (Lima; Santos, 2015; Viana, 2018). O terceiro aspecto é metodológico, propriamente, a escolha do desenho de pesquisa visa a atender adequadamente ao objetivo deste estudo.

Para tanto, a presente pesquisa estrutura-se em quatro seções, além da Introdução. A seção seguinte trata da Administração Pública, conservação do patrimônio escolar e sustentabilidade. Adiante, discute-se a EPT e sua infraestrutura escolar, com foco em um *Campus* do IFMT. Em seguida, delimita-se a metodologia de pesquisa, descrevendo os resultados e realizando a sua

³ O IFMT conta atualmente com 19 *Campi*, assim, para preservar a identidade dos participantes, o nome do *Campus* analisado será ocultado.

discussão. Por fim, desenvolvem-se as considerações finais, aglutinando os resultados e efeitos da pesquisa.

Administração pública, conservação do patrimônio escolar e sustentabilidade

A Administração Pública é pautada no art. 37 da Constituição Federal do Brasil de 1988, como sendo direta e indireta “em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (Brasil, 1988, online).

Os Institutos Federais (IFs) são parte dessa Administração Pública, organizados em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual, sendo administrados por um reitor e seus respectivos diretores gerais. Esses recursos financeiros são advindos da Lei Orçamentária Anual, a qual é votada e aprovada anualmente pelo Congresso Nacional.

O planejamento das ações para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão é de extrema importância para que esses recursos sejam utilizados visando promover a educação de qualidade.

A participação da comunidade escolar junto à administração pública deve ser fomentada, fortalecendo os canais participativos de acesso na tomada de decisões. Tudo em consonância com a CF/88, em cujo art. 205 preceitua o papel do Estado, da família e da sociedade na promoção de uma educação de qualidade.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, online).

O fortalecimento da educação passa pelo incremento de políticas públicas educacionais voltadas ao aparelhamento da infraestrutura escolar, que é composta por prédios (bens imóveis) e seu conjunto de equipamentos e mobiliários (bens móveis). Logo, deve constar como pauta na agenda da política pública nacional a manutenção, a estruturação e a conservação do patrimônio público, o qual o Conselho Federal de Contabilidade define como sendo o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público (Conselho Federal de Contabilidade, 2016, p. 5-6).

A gestão de administração e planejamento de uma instituição de ensino, como ocorre de forma geral, controla todo processo desde aquisição, destinação de bens aos seus responsáveis com a devida carga patrimonial e tem um papel importante nessa relação entre instituição e usuários.

Conforme Lima (2019, p. 25), o gestor público, assim como toda a comunidade escolar, deve “ter o conhecimento e a compreensão necessária para o bom desempenho da tarefa de gerenciamento dos recursos e do patrimônio público, por meio do conhecimento, da aprendizagem, da educação transformadora dos indivíduos”. A consecução desse processo necessita de uma interação sinérgica entre comunidade e gestão para que os bens móveis disponibilizados sejam utilizados em sua plenitude, de forma adequada, durante todo o seu tempo de vida útil regular, até o momento em que esses não servem mais a sua finalidade ou perdem sua caracterização.

O cuidado com o uso desses bens é indispensável, pois o processo educacional pode ser fragilizado quando esses equipamentos e mobiliários sofrem avarias que prejudicam o seu funcionamento e/ou os tornam inservíveis, por afetar a própria condição ideal para a mediação do conhecimento. Neste sentido, a comunidade escolar precisa se envolver com o ambiente escolar de forma a contribuir com a conservação da infraestrutura disponível, bem como lutando para que a administração pública seja mais eficiente no uso dos recursos públicos.

Para Beltram (2020), o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de conservação, assim como o fortalecimento dos sentimentos de identidade e de cidadania.

Porém, muitas vezes, as instituições de ensino sofrem com o descuido, com a falta de zelo por parte dos usuários em relação ao uso do patrimônio público colocado à sua disposição, especialmente os bens móveis. Nota-se, assim, a necessidade em trabalhar temas com o intuito de sensibilização da comunidade, em uma perspectiva sustentável, sobre a relevância do correto uso e conservação desse patrimônio para a instituição de ensino.

O bom cuidado com o patrimônio público poderá vir a ser uma fonte de economia, ou seja, menos gastos na aquisição de novos bens, podendo este recurso ser revertido em outros benefícios para as Instituições Federais, sejam elas em recursos para pesquisa ou manutenção e expansão de cursos já existentes (Lima, 2019, p. 32).

Neste contexto, vislumbra-se que “a educação patrimonial não deve servir apenas ao patrimônio em si, mas à cidadania, à democratização, à mudança de ideias e atitudes” (Farias; Lobão, 2021, p. 61).

O tema Estrutura e Conservação do Patrimônio Escolar faz parte de uma agenda carente de pesquisas, como explicam Sá e Werle (2017, p. 397): “a Educação parece desconhecer a importância da temática, o que pode ser comprovado na inexistência de linhas de pesquisa dedicadas ao tema infraestrutura e espaço escolar”. Portanto, é necessário o incremento de estudos nessa temática tão importante para a educação.

Para constituir uma educação pública de qualidade, com educadores qualificados e motivados, faz-se necessário manter a infraestrutura escolar com seus bens móveis em bons níveis de conservação, pois esse patrimônio serve ao cumprimento da finalidade pública de cada órgão. Transbordando para além da comunidade escolar, a luta por uma escola bem estruturada também é uma pauta dos movimentos sociais, na medida em que estes percebem a existência de fragilidades estruturais nas instituições de ensino que afetam o desenvolvimento das atividades no processo ensino aprendizagem.

Apesar de ser pauta de lutas sociais, por vezes, o que se observa nas escolas é o descuido de muitos para com esse patrimônio. Nesse sentido, Viana (2018) afirma que a escola é um reflexo da sociedade em que vivemos, na qual muitos dos estudantes agem sem refletir sobre as consequências dos seus atos, pois não entendem o significado nem a nobreza do ambiente escolar.

A comunidade que utiliza os espaços escolares são os indivíduos adultos e menores de idade, que participam das atividades regulares das instituições de ensino e acabam, por vezes, gerando situações que podem causar danos ao patrimônio público, os quais eventualmente causados à infraestrutura podem ocasionar até sanções previstas em lei.

Assim, além da escola possuir profissionais qualificados em seus quadros, persiste a necessidade de também ser constituída por uma boa infraestrutura, com bens móveis (equipamentos e mobiliários em geral) adequados e conservados para efetivação do processo de mediação na educação, principalmente quando se trata da educação integral, como é o caso da EPT.

Neste sentido, deve-se ter atenção aos motivos que causam danos ou avarias acometidas diretamente a esses bens, a exemplo de mau uso, descuido, vandalismo e outros. Viana (2018, p. 11) acentua que “diante de tão grande importância do ambiente escolar, importa que haja respeito e preservação do mesmo, especialmente por aqueles que fazem uso contínuo dele”. Lima (2019, p. 26) corrobora ao afirmar que “a utilização correta, assim como o zelo no uso dos equipamentos, são fatores preponderantes para a vida útil dos bens permanentes de uma instituição”.

O ambiente escolar mal conservado não é atrativo e se desvaloriza, os custos para manutenção dos danos são altos e oneram os cofres públicos. Nessa feita, a mobilização e a sensibilização de todos

são necessárias para a adoção de práticas de conservação que reforçam a ideia de sustentabilidade no âmbito escolar, visando soluções que não incentivem atos que prejudiquem o ambiente de aprendizagem (Viana, 2018). Em complemento, vale salientar que “a educação para a sustentabilidade extinguirá o individualismo e comprovará que tudo está interligado e conectado e que, cada ação, negativa ou positiva, terá seus reflexos no meio ambiente que nos cerca” (Lima; Santos, 2015, p. 80).

A educação ambiental e sustentável na EPT, para Pacheco (2010), contribui na construção de uma relação equilibrada de desenvolvimento humano, pois acontece dentro de espaços educacionais e são referências de sustentabilidade socioambiental. Outrossim, faz-se necessário o engajamento dos educadores para que, de fato, aconteça a diminuição dos impactos ambientais por meio de ações e pesquisas que visem ao desenvolvimento tecnológico sustentável, garantindo o bem-estar e a qualidade de vida.

A EPT e sua infraestrutura escolar

Como parte da Administração Pública, os Institutos Federais ofertam a EPT. Enquanto política pública, um marco importante para a educação profissional no Brasil foi o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou, por meio do governo do presidente Nilo Peçanha, dezenove Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados para oferecer o ensino profissional primário e gratuito, dentre elas, para esta pesquisa, se destaca para a de Mato Grosso, que originou o IFMT.

Ramos (2014) afirma que, comumente, na história da educação brasileira as suas legislações são expostas e debatidas pautando-se na dinâmica do desenvolvimento econômico do Brasil, frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional.

Ao longo da trajetória do ensino profissional a EPT passou por diversos momentos de disputas políticas que moldaram normativamente os objetivos desempenhados por essa modalidade de educação na sociedade e como essa articularia a relação entre trabalho e educação. A própria mudança de institucionalidade que a Escola de Aprendizes Artífice passou em mais de cem anos revela toda a relação de disputas que geralmente refletiu na captura das escolas profissionais pelo sistema do capital, visando atender ao interesse dos meios da organização da produção de cada época.

Ao que pese esse amoldamento aos interesses do capital, a última mudança de institucionalidade, no caso a criação dos IFs, marca uma ruptura potencial com essa trajetória de subserviência da política pública da EPT. A partir da Lei n.º 11.892/2008, os IFs fazem parte da Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e buscam articular a política de educação profissional com a educação básica para formar o indivíduo para a vida e o trabalho.

Essas instituições foram estruturadas visando à formação integral do ser humano a partir da concepção de omnilateralidade e politecnia, cujo conceito fundamental baseia-se na contraposição à escola unilateral, provocada pelo trabalho alienado e pela divisão social do trabalho (Sousa Junior, 2009).

A base teórica da EPT, que inspirou a criação dos Institutos Federais, busca combater aquilo que Saviani (2007) chamou de separação da escola e produção – e que marcou a história da educação profissional –, ou seja, busca reintegrar à escola ao trabalho produtivo. Para tal, estrutura o processo educacional a partir da concepção do trabalho como princípio educativo, assumindo, portanto, que o trabalho e a educação são valência próprias do ser. Acentua-se, dessa forma, a natureza formativa do trabalho e a ação transformadora concreta do meio que a educação proporciona.

Segundo Pacheco (2010), nos IFs, a EPT converge as ações de ensino, pesquisa e extensão, baseando-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana, remetendo a um contexto que forma cidadãos para a vida e para o mundo do trabalho. Cabe salientar que o conhecimento crítico incentivado nessa instituição é pautado no e para o mundo do trabalho.

Assim, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se expandiu para todo o Brasil e, em 2019, consistia em trinta e oito Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, vinte e duas escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, perfazendo um total de 661 unidades distribuídas entre as vinte e sete unidades federadas do país, levando em consideração os *Campi* associados a estas instituições federais (MEC, 2021).

A expansão foi inicialmente realizada com muitas ampliações, reformas e reestruturações. O avanço da instituição contribuiu para a consolidação e disseminação da educação pública de qualidade para lugares onde até então não existia essa possibilidade. Pacheco (2010) afirma que essa proposta pedagógica do Instituto Federal, ligada à implementação do tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, foi facilitada pela infraestrutura existente na rede federal.

A rede federal de ensino já possuía muitos de seus espaços minimamente adequados em termos estruturais, com instalações físicas construídas, com salas de aulas, laboratórios didáticos, bibliotecas, com equipamentos tecnológicos, visando a mediação do processo de ensino-aprendizagem da educação.

A partir da Lei n.º 11.892/2008, o local desta pesquisa foi constituído como um dos *Campi* do IFMT, nascendo como parte da política da EPT, que antecede a lei de criação dos Institutos Federais.

Conforme site do Ministério da Educação (2008), no momento de sua criação, a infraestrutura da unidade analisada contava com laboratórios de química, salas de aulas e ainda estava prestes a inaugurar um auditório, cantina escolar e dois laboratórios de informática. Os bens atinentes a essa infraestrutura foram posteriormente incorporados ao patrimônio da unidade. A partir dessa estrutura, o *Campus* analisado mudou substancialmente seu espaço educacional ao longo do tempo, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Comparando a infraestrutura da Unidade entre os anos de 2008 e 2023.

Estrutura	Unidade 2008	Campus do FMT em 2023.
Auditório	120 pessoas	160 pessoas
Laboratórios de informática	25 Computadores	40 Computadores
Laboratórios de ensino e pesquisa	3	22
Salas de aulas	3	27
Banheiros c/ divisórias	2	18
Cantina	1	1
Biblioteca	0	1
Academia de ginástica	0	1
Quadra poliesportiva coberta	0	1
Quadra de areia	0	1
Campo de futebol Society	0	1
Salas de professores	0	6
Bloco com salas de Gestão administrativas	0	1
Bloco com salas de Gestão pedagógica	0	3

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Para a realização efetiva dos trabalhos de ensino-aprendizagem, segundo a plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2022), a unidade analisada conta com quarenta e três técnicos administrativos em educação e oitenta professores, distribuídos entre os setores da Direção Geral, Departamento de Administração e Departamento de Ensino; e 1.027 alunos matriculados.

Propriamente, em relação aos bens móveis permanentes colocados à disposição nos espaços educativos, esses correspondem a móveis e equipamentos que estruturam salas de aula e dois laboratórios pedagógicos (um de Química e um de Informática). Para melhor identificação desses bens móveis, segue o quadro 1:

Quadro 1 - Bens móveis permanentes colocados à disposição nos espaços educativos.

Espaços educativos	Bens móveis permanentes disponíveis
Salas de Aulas	Mesa e cadeira para professor, cadeira fixa com prancheta, lousa de vidro, ar condicionadores de ar, televisor <i>Smart TV</i> e projetor de imagens.
Laboratórios de informática	Cadeira giratória metálica assento e encosto almofadados cor verde, cadeira fixa metálica assento e encosto almofadados cor verde, cadeira fixa com assento e encosto em polipropileno cor verde, arquivo de aço 04 gavetas, condicionador de ar 48000 Btus, lousa de vidro, mesa de madeira revestido em melamina, rack para equipamentos de áudio e vídeo, amplificador, tela de projeção, estação de trabalho para 02 computadores, projetor multimídia, microcomputador, monitor tela de 23,8".
Laboratórios de ensino e pesquisa	Quadro branco, mesa metálica com tampo de madeira, cadeira fixa, banquetas de madeira, estante de aço, armários, balança analítica, balança eletrônica digital, medidor de PH de bancada digital, turbidímetro, chapa aquecedora, barrilete, microscópio, espectrofotômetro, agitador de tubos, agitador magnético, estufa de esterilização e secagem, capela de fibra para fluxo laminar, banho maria, colorímetro, pipetador elétrico, manta aquecedora, condutivímetro, agitador de microplacas, bureta digital, deionizador, seladora, sistema de osmose reversa, chuveiro lava olhos, centrífuga, forno mufla, refrigerador, freezer vertical, mixer, moinho multi-uso, digestor de fibras, determinador de açúcares, condicionadores de ar, forno microondas, liquidificador, banho termostático, banho ultrassônico, bateria de extração de gorduras, exaustor elétrico, bomba de vácuo, destilador de água, destilador de nitrogênio.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Outrossim, cabe salientar que os bens móveis permanentes, objeto desta pesquisa, compõem o espaço escolar, ou seja, também educam, logo, não é e não pode ser considerado um espaço neutro (Frago, 2001). Contribuindo, Escolano (2001) pontua que o espaço escolar não é um elemento neutro, logo, não deve ser lido como um mero recipiente que está à margem do processo educativo.

Como dimensão da atividade humana, o espaço e tudo o que o compõe em termos de bens permanentes constitui um lugar; logo, sua utilização depende da vivência das pessoas e dos depósitos de memórias que os constituem (Frago, 2001). Assim, os saberes críticos e emancipatórios mediados no IFMT precisam fomentar a consciência de que todo o processo educacional e interacional está permeado pelo meio ambiente escolar e sua estrutura, revelando-se como expressão do próprio indivíduo na comunidade escolar quando se pensa em formação integral.

Metodologia, dados e resultado

A metodologia da pesquisa exploratória é quali-quantitativa e, quanto aos procedimentos, faz uso da revisão bibliográfica, aplicação de questionário e estatística descritiva. Após os procedimentos de revisão bibliográfica, a pesquisa se desenvolveu a partir da aplicação de questionários, produzidos com base na escala de *Likert*, o que contribuiu para análise dos dados desenvolvidos por meio de

estatística descritiva. Essa última ferramenta pode ser considerada como “um conjunto de técnicas analíticas utilizado para resumir o conjunto dos dados recolhidos numa dada investigação, que são organizados, geralmente, através de números, tabelas e gráficos” (Moraes, 2005).

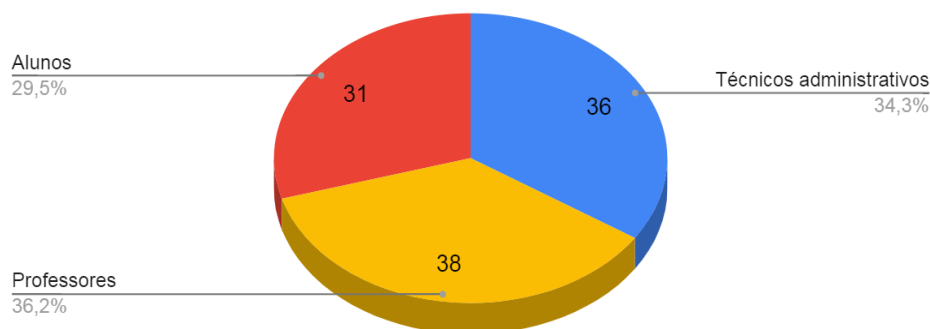
Apresentam-se, a seguir, os dados coletados e sua análise que buscaram permeabilidade com as bases conceituais da EPT.

Essa pesquisa foi realizada em um *Campus* do IFMT, instituição que possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, vinculando-se ao Ministério da Educação. A pesquisa foi realizada respeitando critérios éticos, com total transparência junto aos participantes, sendo submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa do IFMT, através da Plataforma Brasil, recebendo a devida autorização por meio do parecer de aprovação do projeto sob o número CAAE: 60225022.2.0000.8055.

A atenção foi direcionada principalmente para a análise dos dados coletados por meio do questionário junto aos servidores educadores (técnicos administrativos e professores) e alunos do ensino médio integrado do 6º semestre dos cursos de ensino médio integrado do IFMT, no caso, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio e Curso Técnico em Química integrado ao ensino médio. Dessa maneira, todos interagiam na realidade própria do ensino médio integrado desse *Campus*.

A coleta de dados via questionário ocorreu no período entre outubro e novembro de 2022. No total, a pesquisa obteve 105 participações entre os três segmentos, cujos percentuais estão disponibilizados no gráfico a seguir. Destaca-se que, para melhor compreensão, utilizaram-se dos termos 'alunos' para discentes e 'professor' para docente.

Gráfico 1 - Participação por segmento na pesquisa.

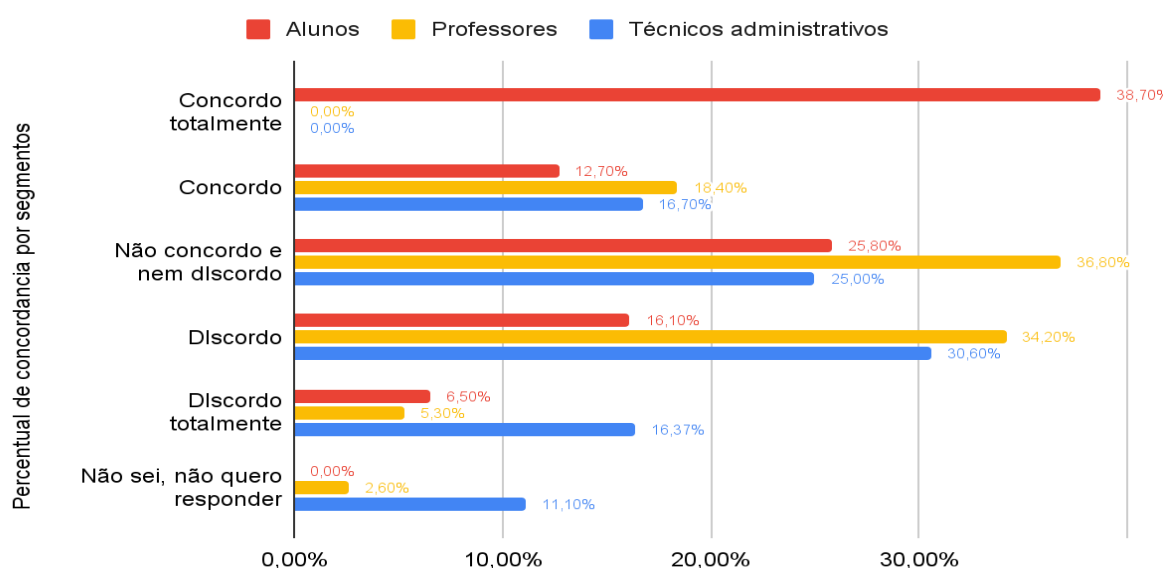


Fonte: Costa, 2023.

Percebe-se uma distribuição mais ou menos equânime entre os segmentos objeto deste estudo.

Adiante, o primeiro dado coletado de interesse para a pesquisa diz respeito à participação da comunidade no processo de aquisição de bens para atender as necessidades do *Campus*, que se demonstrou ativa na percepção dos participantes.

Gráfico 2 – Percepção acerca da participação da comunidade escolar no processo de aquisição de bens móveis para o IFMT.



Fonte: Costa, 2023.

Percebe-se que, apesar de 38,7% do segmento aluno concordar totalmente com a assertiva da comunidade participar ativamente dos processos de aquisições de bens, os demais segmentos não demonstraram tanta concordância com a afirmação.

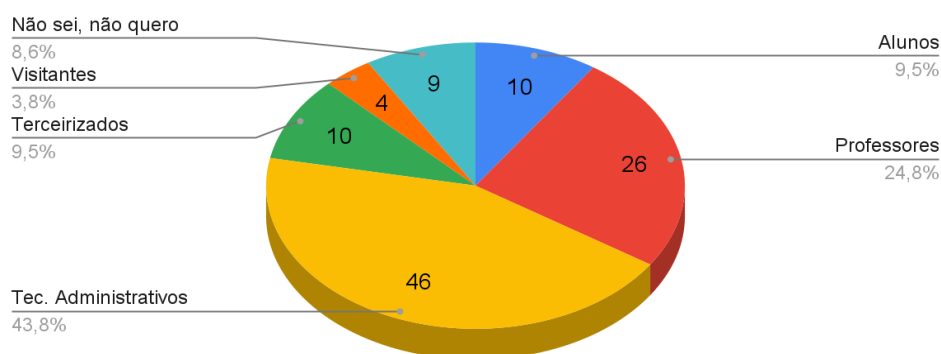
Chama a atenção o valor da soma das opções "discordo" e "discordo totalmente", propriamente, 22,6% dos alunos, 39,5% dos professores e 46,9% dos TAE, o que evidencia a necessidade de sensibilizar a comunidade. Nessa perspectiva, existe participação, mas não é a ideal.

Por mais que o IFMT tenha um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que exija a participação democrática da comunidade na sua construção, é preciso que haja continuidade nas ações, com todos os segmentos visando ao alcance de metas e/ou revisões. Trazendo para o tema da pesquisa, Lima (2019) acentua que existe a necessidade de incentivar a participação da comunidade nos processos de compra, pois muitos não sabem como esse processo acontece.

Segundo Silva e Pacheco (2022), os Institutos são organizações que têm em sua essência o compromisso fundamental com a formação humana integral, visando atingir diversas perspectivas socioculturais que, somadas à concepção de conceitos democráticos em todo o espaço institucional, fortalecem a cultura organizacional, com a ampliação da participação e construção de decisões coletivas para a Instituição e para sociedade.

O gráfico seguinte demonstra os dados atinentes aos conhecimentos adequados acerca das obrigações de zelar e cuidar do patrimônio público da instituição.

Gráfico 3 - Percepção do segmento MAIS consciente acerca das obrigações de zelar e cuidar do patrimônio público (incluindo os bens móveis permanentes) da comunidade escolar.



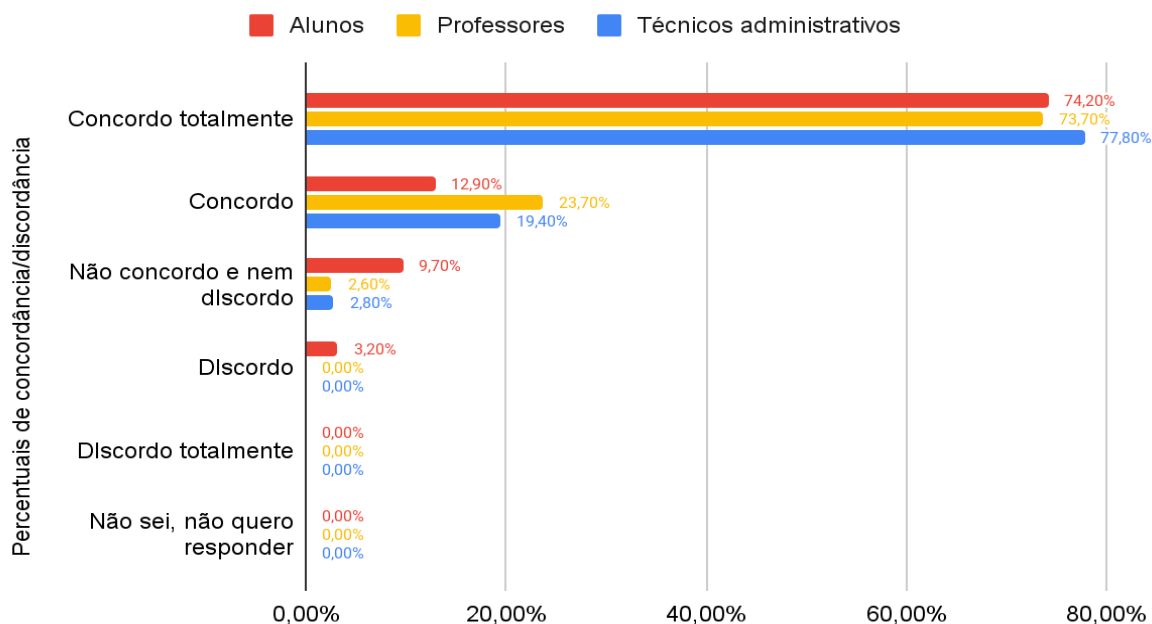
Fonte: Costa, 2023.

Os resultados apontam que, na percepção geral, os segmentos de técnico administrativo em educação e professores são os que mais possuem esse conhecimento, com 43,8% e 24,8% respectivamente. A posição de servidor público pode ter influenciado esse resultado, pois o zelo pela coisa pública é uma condição e obrigação inerente ao cargo.

Paro (2010) sugere que conservar o patrimônio público escolar é um papel institucional que visa garantir um ambiente adequado às atividades de ensino, pesquisa e extensão com ações que envolvem a participação da comunidade acadêmica em prol de uma educação de qualidade, emancipadora que forma indivíduos capazes de interagir social, cultural e científica e profissionalmente para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O gráfico seguinte diz respeito aos prejuízos à educação advindos da depredação, danificação e o mau uso dos bens permanentes que estão em salas de aulas e laboratórios da unidade do IFMT de interesse.

Gráfico 4 - A depredação, a danificação e o mau uso dos bens móveis permanentes que estão nas salas de aulas e laboratórios do *Campus* prejudicam o processo de ensino-aprendizagem e a qualidade da educação.



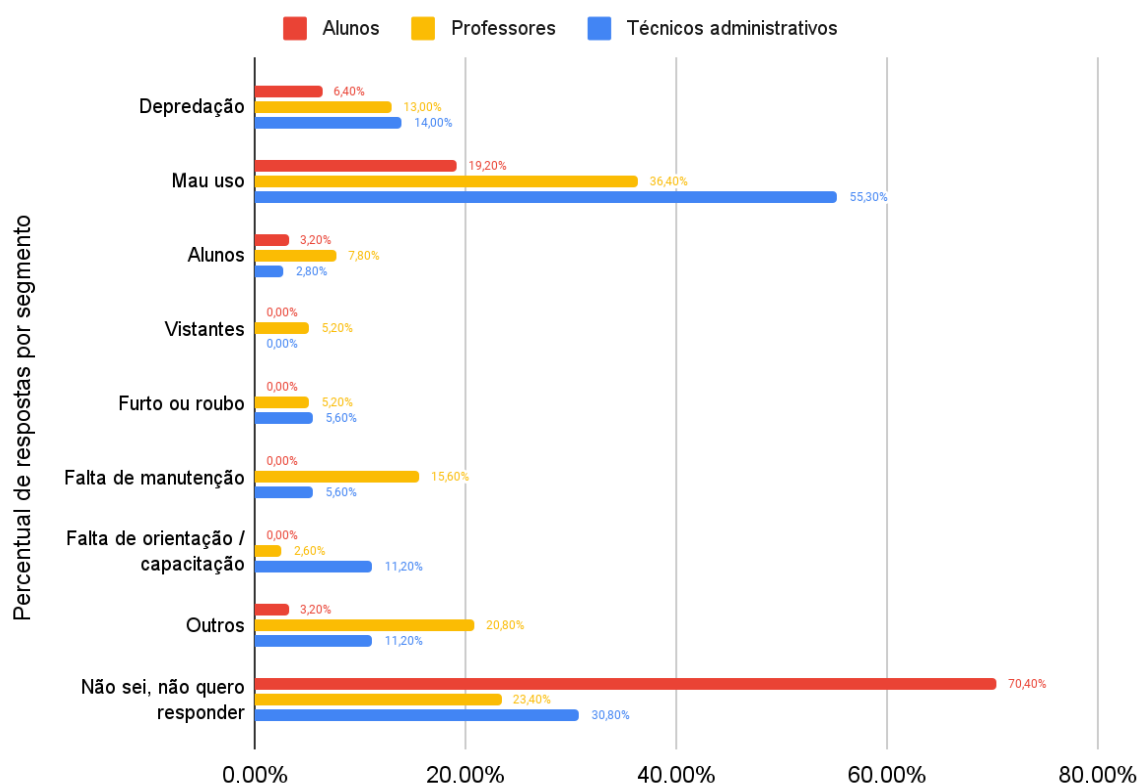
Fonte: Costa (2023).

Os resultados obtidos apontam que a maioria, no caso, 97,4% dos professores, 97,2% dos técnicos administrativos em educação e 87,1% dos alunos, concorda ou concorda totalmente que os atos de depredação, dano ou mau uso prejudicam o ensino-aprendizagem, o que pode afetar a consecução de uma educação de qualidade.

Como mencionado por Viana (2018), o respeito de todos em relação à preservação e à conservação do ambiente escolar é ponto chave para as transformações da comunidade que permeiam esse espaço. Neste sentido, tem-se a corroboração de Lima (2019), ao afirmar que o cuidado e a conservação do patrimônio público reforçam a ideia de sustentabilidade, principalmente com vistas às soluções de uso consciente do espaço que diminuam com as práticas de depredação, danificação e/ou vandalismo no ambiente de aprendizagem e nas instituições de ensino.

O próximo gráfico apresenta os dados extraídos de uma questão aberta que versa sobre as principais ameaças ao patrimônio escolar. Foram utilizados filtros nas planilhas que compilam os dados coletados, visando a categorizar as palavras mais citadas. Os resultados foram tabulados e caracterizados por segmentos conforme demonstrado a seguir.

Gráfico 5 - As principais ameaças aos bens móveis permanentes disponíveis para uso imediato em sala de aulas e laboratórios.



Fonte: Costa (2023).

Ao analisar as principais ameaças indicadas, salienta-se que “mau uso” e “depredação” foram as palavras mais citadas nessas questões abertas. Propriamente, 55,3% dos TAE, 36,4% dos professores e 19,2% dos alunos indicaram que o mau uso é a principal ameaça. Em seguida aparece “depredação”, que foi indicada por 14% dos TAE, 13% dos professores e 6,4% dos alunos.

Nessa questão, chamou a atenção algumas respostas exaradas pelo segmento alunos, conforme passagens transcritas a seguir na íntegra:

Creio que a maior ameaça a este patrimônio sejamos nós que temos contato com ele, enquanto haja pessoas ocupando esses espaços, sempre haverá o risco de dano ao patrimônio, seja por acidentes - devido à imperfeição intrínseca do ser humano, por atitudes mal intencionadas ou por não estarem devidamente informados (Aluno 01, resposta à questão aberta número 15).

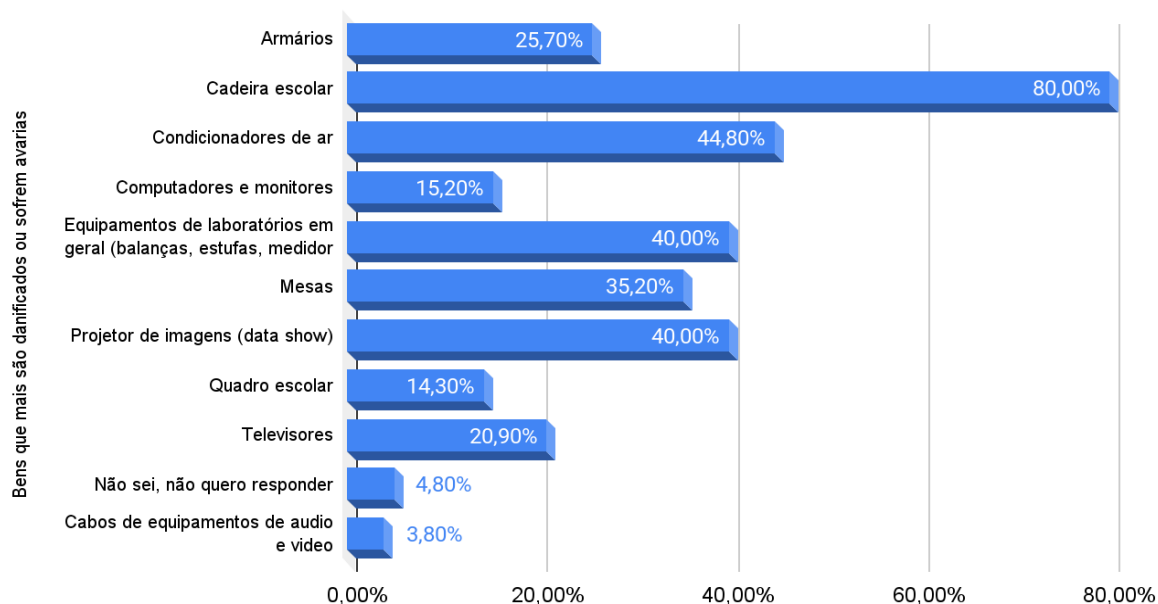
A falta de consideração dos usuários e a falta de conhecimento. Temos alunos que são descuidados quando se trata de cuidar dos bens da escola por falta de empatia e caráter, já outros são ignorantes perante ao valor do patrimônio não só para a comunidade escolar como para a sociedade (Aluno 02, resposta à questão aberta número 15).

Pode-se notar que, em ambas as respostas, os participantes indicaram que o problema está relacionado à falta de conhecimento ou informação, agregada a atitudes mal intencionadas, à falta de empatia e desconhecimento acerca do valor desse patrimônio. Isto porque, esse descuido com o patrimônio, além de incidir prejuízo ao processo ensino aprendizagem, pode também afetar as interrelações e o convívio no ambiente escolar (Moreira, 2021).

Denota-se, portanto, a necessidade de uma maior sensibilização acerca do tema provocações próprias da formação integral desenvolvida nos IFs. Ciavatta (2014) ensina que essa formação influencia o estudante em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral – e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional.

O gráfico a seguir demonstra a percepção acerca dos bens móveis que mais são danificados ou sofrem avarias. Nesse caso, a porcentagem indicada ultrapassa os 100% na medida em que os participantes poderiam escolher mais de uma opção.

Gráfico 6 - Os bens móveis permanentes disponíveis para uso imediato em sala de aulas e laboratórios do Campus que mais são danificados e/ou sofrem avarias.



Fonte: Costa (2023).

Nas percepções dos participantes, os seguintes bens móveis permanentes disponibilizados para uso imediato no processo ensino aprendizagem foram os mais danificados e/ou sofreram avarias: i) a cadeira escolar (80%); ii) condicionador de ar (44,8%); iii) equipamentos de laboratórios em geral (40%); iv) projetor de imagem (40%). Em menor proporção indicaram: v) mesas (35,2%); vi)

Bens móveis permanentes na Educação Profissional e Tecnológica:
entre percepções e ponderações

armários (25,7%); vii) televisores (20,9%); viii) computadores e monitores (15,2%); ix) quadro escolar (14,3%). Não souberam ou não quiseram responder totalizam 4,8%.

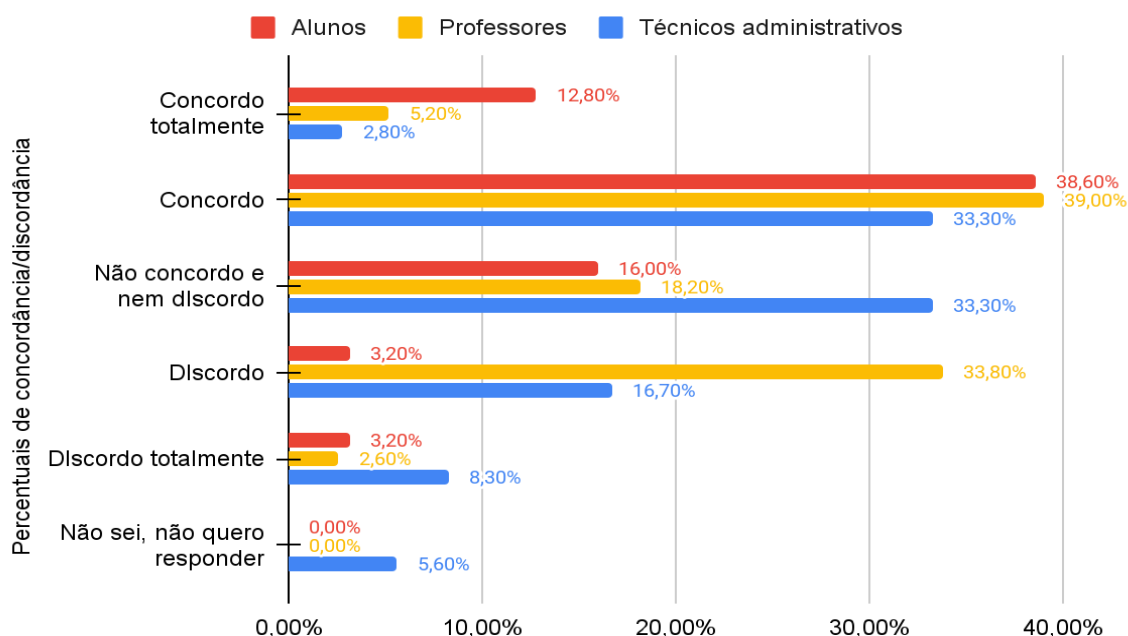
Os bens móveis permanentes preenchem a infraestrutura da instituição e compõem seu patrimônio. Como referido, são parte integrante do processo ensino-aprendizagem, pois a educação perpassa todos os espaços da vida do ser que possibilitam apreensão de cultura e consciência da maquinaria social. Nesse sentido, Pacheco (2010) menciona que a educação mediada a partir do ambiente social, familiar, educacional e profissional da comunidade em instituições de ensino favorece a construção de uma relação equilibrada de desenvolvimento e práticas socioambiental.

Outrossim, por mais que a instituição seja bem estruturada, é necessário um trabalho conjunto entre os segmentos para que a comunidade conserve de fato o patrimônio escolar.

Nesse sentido a formação integral, omnilateral e politécnica precisa ser concretizada, sendo necessário o engajamento de toda comunidade na discussão e debate sobre boas práticas de uso desses bens móveis essenciais ao processo de ensino aprendizagem, proporcionando uma educação humana e mais sustentável.

No Gráfico a seguir, averigua-se se as atividades de ensino-aprendizagem incentivaram o desenvolvimento de conhecimento sustentável por parte dos alunos.

Gráfico 7 - As atividades relacionadas ao processo de ensino aprendizagem no Campus incentivam desenvolver o conhecimento sustentável por parte dos discentes.



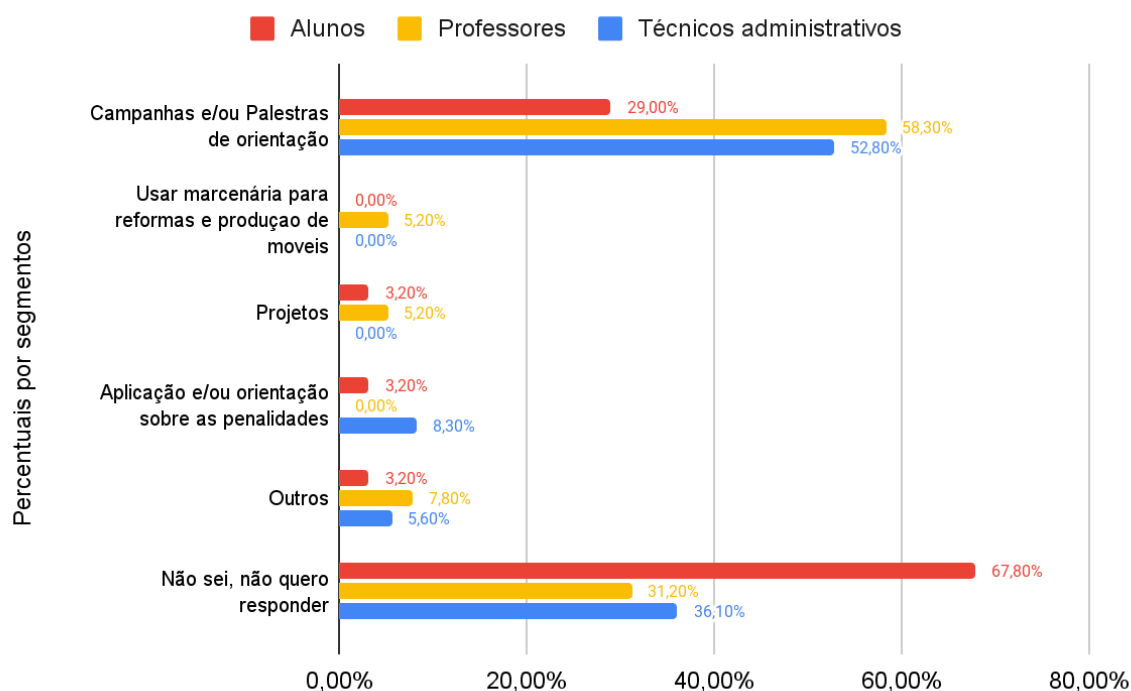
Fonte: Costa (2023).

Percebe-se que o nível de concordância foi de 51,4% dos alunos, 44,2% dos professores e 36,1% dos TAE, que marcaram a opção "concordam" ou "concordam totalmente" com a afirmação. Por sua vez, discordaram ou discordaram totalmente da afirmação 6,2% dos alunos, 25% dos técnicos administrativos em educação e 36,4% do segmento professor.

O dado do gráfico 8 levantou uma inquietação dentro do segmento de professores, que é o responsável pela mediação do processo de ensino aprendizagem e foi o que mais discordou da proposição estabelecida, revelando uma possível lacuna no compartilhamento e sensibilização do conhecimento sustentável ao discentes. O tema dessa questão permeia o conhecimento sustentável por parte dos discentes.

O gráfico seguinte apresenta os resultados extraídos de uma questão aberta, propriamente indagando o que poderia ser feito pela comunidade da instituição para contribuir com a conservação dos bens móveis. A partir da utilização de filtros em planilhas com as palavras mais citadas, foi possível destacar os resultados em gráficos, tabulados e caracterizados por segmentos, conforme segue:

Gráfico 8 - Ações que podem ser realizadas por parte da comunidade do *Campus* para contribuir com a conservação e preservação de seus bens móveis permanentes.



Fonte: Costa (2023).

As palavras ou expressões mais recorrentes foram: i) “Campanhas e/ou palestras de orientação”, com 58,3% dos professores, 52,8% dos técnicos administrativos em educação e 29% dos alunos; ii) “usar a marcenaria para reformas e produção de móveis”, com 5,2% dos professores; iii) “projetos”, mencionado por 5,2% de professores e 3,2% de alunos. Não souberam ou não quiseram responder 67,8% dos alunos, 36,1% dos técnicos administrativos em educação e 32,1% dos professores.

Percebe-se que persiste um ideário voltado à conservação do patrimônio escolar entre os três segmentos, campo fértil para implementar iniciativas de estímulo para engajamento às práticas mais sustentáveis. Beltram (2020) ensina que a apropriação das comunidades de forma consciente do seu patrimônio, somado à construção do conhecimento crítico, são fatores indispensáveis no processo de conservação do mesmo. Nesse sentido, Mendes (2021) demonstra que quando os alunos, assim como a comunidade escolar em geral, são inseridos em projetos que melhoram o ambiente escolar, eles podem se ver e sentir-se como parte integrante da escola. A isso, Moreira (2021) complementa que a construção do sentimento de pertencimento ao ambiente escolar está ligada à conscientização da preservação e conservação do Patrimônio escolar.

Diante do exposto, identificou-se na comunidade de professores, técnicos administrativos em educação e alunos do IFMT que o tema concernente aos bens públicos da EPT precisa ser melhor debatido e aprofundado. Ademais, percebeu-se que: a participação democrática nos processos de aquisição de bens móveis poderia ser melhorada; o servidor (professor e técnico administrativo em educação) é quem possui conhecimentos mais adequados acerca das obrigações de zelar e cuidar do patrimônio público; os alunos precisam de maior sensibilização. A pesquisa deixou também saliente as principais ameaças ao patrimônio público e os bens depredados na comunidade escolar.

Considerações Finais

A formação integral, omnilateral, politécnica desejada pela EPT e oferecida pelos IFs envolve a apropriação da cultura em todos os seus aspectos. Nessa concepção, o espaço escolar não é um elemento neutro, devendo ser lido como um elemento integrador do processo educativo (Escolano, 2001).

O objetivo geral da pesquisa foi atendido, visto que se colocou em saliência a percepção dos docentes, discentes e técnicos administrativos em educação de um *Campus* do IFMT acerca de um tema pouco explorado pela agenda de pesquisa, no caso, os bens móveis permanentes colocados à disposição para uso imediato no processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados da pesquisa apontaram que: i) o *campus* possuía bens móveis danificados ou depredados, conforme demonstrado pelas respostas ao questionário proposto; ii) a participação democrática nos processos de aquisição de bens móveis pode ser melhorada; iii) os três segmentos da comunidade escolar identificaram que o mau uso (depredação) dos bens móveis disponibilizados às atividades do *Campus* poderiam prejudicar os processos educacionais da instituição; iv) o mesmo público entendeu que a comunidade do *Campus*, principalmente os alunos, precisa de orientação sobre o uso adequado dos bens móveis permanentes, visando ao fortalecimento do hábito de boas práticas no ambiente escolar; v) o servidor (professor e técnico administrativo em educação) é quem possuía conhecimentos mais adequados acerca das obrigações de zelar e cuidar do patrimônio público, nesse quesito, os alunos precisariam de maior sensibilização.

Além disso, os participantes desta pesquisa revelaram quais os bens móveis mais afetados pela depredação e mau uso na referida instituição e pontuaram quais as principais ameaças ao patrimônio público da instituição de interesse.

Nessa perspectiva, a conscientização para a conservação desse patrimônio é um esforço a ser realizado, que pode contribuir na melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, pois diminui o índice de desfazimento e/ou manutenção e aumenta o tempo de vida útil desses bens. Ademais, pode reverberar também para um planeta mais sustentável, haja vista que essa iniciativa se dá no cuidar dos bens que são utilizados e que possuem em sua origem matéria prima advinda da natureza.

A sensibilização quanto à conservação dos bens públicos e à conscientização do seu uso sustentável pode representar um germe para a mudança da comunidade escolar como um todo, na medida em que contribuiu para a formação de indivíduos capazes de entender seu papel na sociedade, em simetria com a educação humana integral desenvolvida e defendida pela EPT.

Por fim, a agenda futura transborda para estudos que fomentem a agenda de pesquisa interessada em debater a parte física da escola como um espaço que educa. Assim, o esforço realizado para analisar um *campus* do IFMT pode ser estendido para outros *Campi* da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Referências

BELTRAM, C. P. **A conservação das edificações escolares do IFRS: elaboração de um produto educacional direcionado aos sujeitos vinculados à infraestrutura dos campi.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, Porto Alegre, 2020.
Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/184>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, fev. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizizes Artífices. 1909. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, set. 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. PNP 2022 (Ano Base 2021). Aba 1.2 Tipos de curso. Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 09 nov. 2024.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. por que lutamos?/The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?. **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. PNP 2022 (Ano Base 2021). Aba 1.2 Tipos de curso. Brasília: 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 05 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público**: NBCs 16.1 a 16.11. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: http://rebacc.crcrj.org.br/bitstream/123456789/2482/1/Codigo_15174.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

COSTA, R. L. S. **Conservação do patrimônio público: bens móveis como instrumento da educação profissional e tecnológica cidadã**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Campus Octayde Jorge da Silva, Cuiabá, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14518829. Acessado em: 10 de nov. 2024.

FARIAS, R. S. O.; LOBÃO, M. S. P. Ensino Médio Integrado e Educação Patrimonial como Tema Transversal: percepções da equipe pedagógica em uma instituição de ensino profissional. **Educação em Revista**, v. 22, n. 2, p. 47-68, 2021. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/11827>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa. Espaço-escola e subjetividade. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRAGO, A. V. Do Espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, L. S. S. **Desfazimento de bens móveis permanentes de ti**: elaboração de uma proposta de plano de ação para Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB. BA, 2019. Disponível em: <http://131.0.244.66:8082/jspui/handle/123456789/2234>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LIMA, R. C.; SANTOS, S. R. T. G. A Educação para a sustentabilidade: Um olhar para o avanço econômico proporcionado por uma Mineradora no município de São João da Boa Vista/SP. **Revista Foco**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2015. DOI: 10.21902/jbslawrev.foco.v8i1.201. Disponível em: <https://revistafoco.emnuvens.com.br/foco/article/view/201>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LIMA, R. C. **Gestão patrimonial**: elaboração de um produto educacional de regulação de bens móveis em Instituições Federais de Ensino. Curitiba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7668079. Acesso em: 08 nov. 2024.

MENDES, S. R. **A conscientização da preservação do patrimônio público escolar protagonizada pelos estudantes do ensino médio integrado por meio da produção audiovisual**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11003351. Acesso em: 18 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional e Tecnológica. Novos laboratórios na Uned Bela Vista**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/10828-sp-839055138>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/apresentacao-rede-federal>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MORAIS, C. **Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística**. Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Bragança. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7325/1/estdescr.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MOREIRA, D. J. **Patrimônio público escolar: desafios e possibilidades de preservação numa escola municipal em Presidente Kennedy/ES**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário

Vale do Cricaré, Presidente Kennedy, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11462591. Acesso em: 16 nov. 2024.

PACHECO E. M. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Editora do IFRN. Natal: 2010. Disponível em:

<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebo%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 out. 2024.

PARO, V. H. **Administração Escolar**: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SÁ, J. S.; WERLE, F. O. C. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 164, p. 386-413, 2017. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/198053143735>. Acesso em: 28 out. 2024.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SILVA, C. J. R.; PACHECO, E. M. A concepção do projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e13658, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.13658. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13658>. Acesso em: 28 out. 2024.

SOUSA JUNIOR, J. Omnilateralidade. In: Pereira, Isabel Brasil **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em:

<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html#:~:text=O%20conceito%20de%20omnilateralidade%20%C3%A9,pelas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20burguesas%20estranhadas%20enfim>. Acesso em: 19 nov. 2024.

VIANA, L. S. **Percepção ambiental na conservação do patrimônio escolar nas escolas públicas de Pojuca – Bahia**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018. Disponível em:

<http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/22816/1/percepcaoambientalconservacaopatrimonio.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

COSTA; COSTA FILHO

Recebido em: 22/09/2023
Aprovado em: 29/10/2024